ÉTICA E JUSTIÇA

”O ’NÓS’ DA FORMAÇÃO DA VONTADE DEMOCRÁTICA

PROFA. DRA. NATHALIE A. BRESSIANI
NATHALIE.BRESSIANI@UFABC.EDU.BR

O ”NÓS” DA FORMAÇÃO DA VONTADE DEMOCRÁTICA

”Em nossos dias, toda tentativa de assegurar-se da ”realidade” da liberdade em nossas sociedades altamente desenvolvidas do Ocidente e, assim, explorar as possibilidades de uma eticidade democrática identificará a esfera política da deliberação e da formação da vontade pública como núcleo”

(...) ”somente nessa instituição...a série de esferas garantidoras da liberdade que paulatinamente reconstruímos até aqui chegará a sua última e mais elevada definição, porque é em seu âmbito que os cidadãos decidem em conjunto, no intercâmbio de suas opiniões acerca do que mais desejam (...)

Nos dois sistemas de ação, o das relações pessoais e o das transações econômicas mediadas pelo mercado, nem minimamente se realizam as condições da liberdade social que ali deveriam imperar em conformidade com seus princípios de legitimação autorreferentes, com os cidadãos carecendo, então, das condições sociais que lhes permitiriam uma participação ilimitada e não coercitiva na formação da vontade democrática.

Por isso, ao contrário do que é hoje frequente nas teorias democráticas, a esfera política não deve ser entendida ao modo de uma corte suprema em que, em última instância, se decide autonomamente sobre como devem ser as condições a ser reguladas em sintonia com o Estado de direito, nas duas outras esferas de ação;

A relação entre as três esferas é muito mais complicada, pois a realização da liberdade social na vida pública democrática está relacionada à condição de que os próprios princípios estejam realizados, ao menos até certo ponto, também nas esferas das relações pessoais e da economia de mercado” (§1-2, pp. 484-6)

DO SURGIMENTO DA ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA

Século XVIII na Europa Ocidental:

Esfera Pública não [...] **Estado.**

Corresponde a um espaço livre e não coercitivo para a formação de opiniões políticas via intercâmbio discursivo.

”é expressão e forma de execução do levante revolucionário da burguesia contra o domínio ancestral da nobreza” (p. 488)

Formação da vontade e da opinião entre cidadãos economicamente independentes.

Orientação de vigilância e **e crítica do poder político** da monarquia e da corte.

Surgimento de **revistas, periódicos e de espaços** para discussão de temas entre pessoas que se consideravam iguais.

[...]**er mais literário**, mas foi **ganhando dimensão política**, incluindo assuntos de interesse geral, políticos, econômicos e culturais.

Forte caráter generalizável: ”o raciocínio político a que se remetiam com relação à arte, às maneiras burguesas e às normas políticas os conduziria, ao final, por meio da recíproca relativização de seus pontos de vista individuais, a juízos que satisfizessem à exigência de correção geral, válida para todos” (p. 490)

Caráter normativo: ”toda atividade do governo, portanto, todo exercício da faculdade de decidir sobre o bem-estar interno e externo de uma comunidade política logo terá de se entender com aquela ’opinião pública’ manifestada na disputa discursiva dos argumentos nos fóruns cujo público era composto de particulares” (p. 489)

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA

Surge aqui uma noção de liberdade que já não permitia uma interpretação meramente individualista... A partir daquele momento, todos os membros adultos da sociedade (ainda que num primeiro apenas do sexo masculino) deviam reconhecer uns aos outros como cidadãos de iguais direitos num Estado nacional, uma vez que, na formação de uma vontade democrática, o argumento de um tem [deveria ter] tanto peso como o de qualquer outro (pp. 498-9)

Efetivação desse princípio democrático estava, porém, muito longe de estar minimamente dada.

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA - LIMITES

1) Homens assalariados eram considerados como economicamente dependentes e, portanto, não teriam autonomia para participar. Havia ainda a justificativa de que, por não possuírem educação adequada, homens assalariados não teriam condições mínimas para participar.

2) Mulheres eram diretamente excluídas das esferas públicas e, em geral, até mesmo das associações e de esferas públicas plebeias que se formavam na época.

3) Havia **esferas públicas subalternas**, contrapúblicos, mas com pouca voz nas esferas públicas dominantes (cf. p 491).

4) Parlamentos fechados e, quando existentes, compostos apenas das classes mais altas. **Poder monárquico** e ainda sem a ideia de representação política. Ou seja, mesmo as esferas públicas burguesas possuíam pouca influência sobre o poder político e o Estado (p. 493).

5) Meios de comunicação: Necessidade de fluxos rápidos e amplos de informação e troca de posições informadas, para todos.

6) Problemas de solidariedade e vinculação: disposição para agir em função daquilo que é melhor para a comunidade. Ver o bem estar do outro como algo com o que devemos nos preocupar.

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA:

Revoluções (francesa, etc) instituem direito ao voto, liberdades de reunião e associação política: pressionam por participação política mais ampla nos parlamentos e capazes de influenciar efetivamente os processos de tomada de decisão. Inclusão dos cidadãos masculinos e maior influência. Mulheres permaneciam fora (havia contrapúblicos).

Criação de Novas tecnologias e surgimento de uma imprensa profissionalizada e de caráter nacional: Jornais, revistas e publicações impressas com rápida circulação. Telefone usado de modo privado, mas ajudava na transmissão das notícias entre capital e interior. Circulação rápida de informações em âmbito nacional. Por volta de 1920 surgem as primeiras grandes estações de rádio. (Controle era estatal para garantir a finalidade da informação e discussão pública, que poderia ser desvirtuada com concentração econômica. Discussões ao vivo e fomento da discussão de assuntos de interesse geral).

Nacionalização dos espaços de discussão: Extrapolação das reuniões presenciais: formação democrática da vontade começa a se desprender dos cenários concretos de uma reunião e passa a se estender à massa anônima da população. Opinião pública.

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA – DÉCADA DE 1930

DIAGNÓSTICO DE JOHN DEWEY

A reflexão necessária ao processo de formação democrática requer inclusão e informação. Assim, é possível garantir que os problemas sociais terão melhores respostas.

Há inclusão cada vez maior pela via do voto e da mobilização de lutas sociais, de parcelas crescentes das populações. Imprensa parece se desenvolver rapidamente. Condições para ampliação da democracia parecem estar dadas. Este não é, contudo, o diagnóstico de Dewey.

> Inclusão formal, além de parcial, não gera inclusão de fato. Grupos subalternos têm debates fortes, mas permanecem às margens.

> Mercantilização das mídias impressas, conformismo e despolitização.

> Rádio começa a ser utilizado pelo Estado para propaganda fascista

IMPRENSA

- Pressão pelo aumento da tiragem e mercadologização da imprensa.
- Autonomia editorial é restringida com diretrizes da diretoria, com foco na rápida estimulação do comprador/leitor.

”Anúncios, propaganda, intromissão na vida privada, apresentação de acontecimentos correntes de um modo que violenta toda a conexão lógica com a ação, deixando-nos com as impertinências e os abalos

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA: NACIONALISMO

A esfera pública depende de um sentimento de vínculo entre os cidadãos, para que seja vigorosa e possa motivar as pessoas a agir de acordo com o bem público e não só com interesses individuais.

Nacionalização da comunicação e o processo de centralização política no Estado Nação começa a criar essa base de solidariedade: uma certa solidariedade e cumplicidade entre os cidadãos de uma nação, que se veem comprometidos com seus destinos em comum. Imprensa era nacionalizada e, em geral, promovia discussões e publicizava informações de caráter nacional.

Durkheim: defende Patriotismo constitucional: ”Enquanto houver Estados, haverá um amor-próprio social, e nada é mais legítimo do que isso. Mas as sociedades poderiam empregar seu amor-próprio e sua ambição na tarefa de serem mais justas, mais bem organizadas e em ter a melhor constituição moral, e não em serem melhores ou mais ricas” (§15, p. 509)

Caráter ambíguo do nacionalismo logo aparece: Caso Dreyfus (França) – judeu acusado de espionagem. Formação de um ”nós” excludente: estrangeiros, judeus estão fora da nação e do escopo de preocupações. Possíveis ameaças.

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA – DÉCADA DE 1930

FRAGMENTAÇÃO

Minorias nacionais e étnicas estavam excluídas do processo (seja formalmente, seja efetivamente, pois não desfrutavam de voz).

Mulheres permaneciam formalmente excluídas e esferas públicas subalternas, apesar de diversas, não possuíam força para pautar discussões ou exercer forte influência.

Hierarquia e exclusão de classes. Embora homens pudessem participar formalmente das esferas públicas formais e informais, as classes mais baixas não tinham voz e organizavam-se em contrapúblicos.

> POR UM LADO: FRAGMENTAÇÃO. ESFERAS PÚBLICAS PLURAIS, MAS COM POUCA INTERAÇÃO E, EM GRANDE MEDIDA, SEM VOZ E PRESENÇA NA ESFERA PÚBLICA DOMINANTE, NAS MÍDIAS E PARLAMENTO.

HOMOGENEIZAÇÃO DA EPB

- Composta sobretudo pelas classes mais altas.
- Orientadas por códigos de condutas, formas de falar e se portar de caráter burguês.
- Exclusão de fato (mesmo quando não formal) daqueles que não possuíam educação, modo de vida ou expressão consideradas como “adequada”
- Com mercadorização da imprensa, aumenta processo de despolitização e tendência de que questões privadas fossem centrais nas esferas públicas. Social ganha espaço no político. Apatia.
- Nacionalismo começa a ganhar força: forma de unir o público em torno de um “nós”

ANOS 1930 – CRISE E REGRESSÃO

”Em poucos anos, valendo-se do terror político e da propaganda política, os novos donos do poder conseguiram de tal maneira avivar na população alemã os sentimentos de ressentimento nacional e antissemitismo, que estes puderam ser mobilizados para bloquear o espaço público a todos os grupos classificados como ’de outra espécie’ ou hostis. (...) a rádio pública, que rapidamente foi submetida à autoridade do Ministério da Propaganda, a fim de que habilmente fossem inseridas mensagens e slogans nacionalistas em programas de entretenimento extremamente populares, desempenham um papel muito importante na geração desse processo violento de criar uma ’comunidade nacional’, que não obstante recebeu muito apoio”(§33, p.532)

Uso estético: massas marchando, ritualização de música clássica e encenação de vontade popular unificada.

Cena de ”O triunfo da Vontade, de Leni Riefenstahl

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA: PÓS-GUERRA

Criação da ONU: ”quando, em 1948, a Assembleia Geral aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a proteção das vidas democráticas nos países ocidentais melhorou sensivelmente, pois passava a existir então um nível de proibições e preceitos codificados no direito internacional que prevalecia sobre os direitos fundamentais afiançados em cada Estado (§36, p. 534-5).

Aumento de garantias jurídicas; verificação de violações internacionais.

Ampliação do Estado e das políticas sociais.

Criação da Comunidade Econômica Europeia, em 1957: gerou integração política mais intensa entre países da Europa Ocidental, bem como fluxos de imigração.

Ampliação dos espaços de participação, de direitos políticos e sociais, de controles institucionais para evitar arroubos autoritários.

Parecia que estávamos caminhando para uma consolidação de uma esfera pública democrática inclusiva. Mas esse não é o diagnóstico mais comum.

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA: ANOS 1950

Diagnóstico Geral Negativo – Habermas e Arendt

Ameaça da vida pública enquanto esfera de consumidores.

Aumento rápido e significativo do padrão de vida: Consumismo privado. Social se sobrepõe ao político.

Meios de comunicação de massa se afastavam da tarefa de informar, com efeitos manipuladores e privatizantes.

Televisão ganha força e tem caráter mais passivo de recepção e efeito mais forte das propagandas.

Movimento operário e sua cultura distintiva perdem força, com operários tendo dificuldade de colocar suas questões e

Elementos positivos

Crescimento do cinema crítico: neorrealismo italiano, por exemplo.

Mas ampliação do debate e das lutas sociais em países como Inglaterra, França (Colônias), EUA e etc.

Controle do rádio e da TV impediam processo de mercantilização.

Muitos programas de qualidade e com informações

HABERMAS E A ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA:

Habermas soube isolar, na figura histórica da vida pública burguesa, uma conexão entre a obtenção de conhecimento e de liberdade que não mais abandonaria a autocompreensão das sociedades democráticas liberais.

> Identificação entre opinião pública e racionalidade da ação política: Só faz sentido se todos os afetados pudessem ser pensados como participantes de uma formação da opinião da e da vontade isentas de coerções.

Análise de Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* se torna central e um ponto de partida para muitas análises do cenário.

- Meios de comunicação e tendências de privatização e despolitização.
- Personalização dos acontecimentos públicos relevantes e diluição dos limites entre público e privado
- Apatia e transformação do cidadão ativo em cliente passivo. Despolitização dos trabalhadores e integração.
-Televisão cada vez mais ”tabloidizada”, com aumento do monopólio privado.

O centro do debate foi para a qualidade dos processos de formação da vontade. As questões relacionadas às exclusões desses debates foi marginalizada:

- Imigrantes
- Mulheres

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA – 1960-70

Mulheres: Em vez de terem negada sua capacidade de contribuir substancialmente à formação da vontade democrática dos homens, as mulheres eram informalmente excluídas do círculo do público racional, geralmente com base numa carência de poder de decisão política e sensatez não comprovada (§48, p. 550)

Imigrantes: ”A cultura nacional tinha de aprender a desprender-se de sai fusão, historicamente construída, com a cultura política geral se todos os cidadãos em igual medida podem se identificar com a cultura política de seu país” (§50, p. 553).

Movimentos estudantis: Foco na decadência da cultura política com compromisso civil e disposição em participar. Porém, continuavam não abraçando as questões e muitos os chamaram de patriarcais e nacionalistas. Não inserção das pautas ocorria num momento de ampliação do fluxo migratório.

Análise voltada aos meios de comunicação não incluía as várias demandas, nem sua crescente vitalidade. Também era necessário tematizar a questão do Estado Nacional, que ia perdendo sua centralidade.

Exigências: 1) TRANSNACIONALIZAÇÃO E 2) AMPLIAÇÃO DOS VÁRIOS TEMAS.

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA – ANOS 1980

Arendt parece substituir Habermas nas discussões sobre esfera pública (§56)

- Vida pública e força de insurgências tanto nos EUA, como nos países da Europa Oriental.
- Investiga papel dinâmico e mesmo revolucionário dos processos históricos de conquista da esfera pública.
- Abastece a disputa pública de opiniões a partir de baixo, com novas motivações e propostas criativas.

Logo se percebe que movimentos e associações possuem menos força e alcance do que parecia ser o caso. Ênfase no vitalismo de Arendt teria sido exagerado. Assim como se exagera, logo depois, o diagnóstico de declínio da democracia como um todo (individualização e apatia)

”Tão logo
uma associaçã
suficientemen
grande de pessoas esteja decidida a se apropriar de espaços de comunicação públicos sobre assuntos que lhes diziam respeito, a relação das forças, nos sistemas politicamente autoritários, tinha de se deslocar em favor de uma sociedade civil democrática” (p

RECONSTRUÇÃO ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA - HOJE

Grande concentração de poder e estratificação da vida pública. Diminuição da disposição dos membros da sociedade a se comprometer publicamente e cooperar politicamente.

Necessidade de transnacionalização: assuntos têm alcance para além das fronteiras (Covid, meio ambiente, economia, endividamento e políticas sociais, imigrantes etc). Dificuldade de mobilizar e criar preocupação comum com os afetados. ONGs com atuação transnacional.

INTERNET: não há como limitar tematização. Mas os diagnósticos iniciais de horizontalização da informação já não são tão aceitos. Não há controle de racionalidade, nem necessidade de justificação perante os outros. Diagnósticos apontam para **potencial de polarização**. (Posições amorfas e fomento de movimentos de ódio e de caráter antidemocrático). Ambíguo, mas potenciais problemáticos.

Meios de comunicação ganham muita força no processo de formação da opinião. Mas há meios de comunicação mais sérios e com jornalismo profissional, que não caem na lógica da tabloidização.

Separação muito forte entre sociedade civil e Estado, de forma que este por vezes se fecha àquela.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO HOJE

Aqueles órgãos do complexo midiático que continuam cumprindo com sua tarefa democrática não apenas devem continuar abastecendo seu círculo de leitores, ouvintes ou telespectadores esclarecidos de informações contextuais e gerais, como devem poder pensá-los como contraparte crítica e disposto a aprender... No entanto, o êxito de tal processo de ilustração recíproca analisa-se pela medida com que o público dispõe da capacidade de aprendizagem e de crítica para influir no processo de informação com as indicações correspondentes.

Quanto mais estreito for o círculo dos que dispõe de tais capacidades, com mais intensidade o processo de comunicação se deslocará socialmente para cima e tanto mais se converterá num assunto exclusivo de camadas cultas. A parte dos meios de comunicação de massa que ainda se sente obrigada pelo código profissional inexoravelmente se dirige a um tamanho encapsulamento elitista...

Os jornais de qualidade e parte dos programas que formam a opinião na TV e na rádio públicos perderam hoje todo o contato com uma parcela crescente da população, que carece dos requisitos educativos, de mobilidade financeira ou mesmo de tempo necessário para dedicar atenção aos conteúdos informativos e esclarecedores (61, p. 572)

Redes sociais? Pessoas podem escolher e assistem menos noticiários.

1. Garantias jurídicas (opinião, reunião, associação, manifestação, etc).
2. Existência de um espaço de comunicação geral sem restrição e que permita a discussão de opiniões de diferentes grupos em um âmbito adequado: requer transnacionalização e ampliação temática. (p. 554)
3. Arte da comunicação como informação: ”É imprescindível que os meios de comunicação de massa aprendam a usar uma linguagem especial que, a um só tempo, se ajuste ao problema a partir da perspectiva sociológica, seja compreensível e ilumine o contexto, mas possa ser compreendido por todos” (p. 557)
4. Disposição ao engajamento: ”Para que cidadãos pudesses exercer juntos a liberdade de uma autolegislação democrática, é preciso que façam mais do que simplesmente assumir os papeis de oradores e ouvintes, autores e leitores; é imprescindível também a disposição individual de em tirar a vida pública do estado ameaçador de assoreamentos em que se encontram todas as disputas de opinião e, com a voluntária divisão de tarefas dos serviços civis, trabalhar para a elaboração de material e para a realização de reuniões presenciais”. (p. 559)
5. Lidar com risco de apatia e buscar motivação para o vínculo sem bases nacionalistas. Busca por elementos de solidariedade que não estejam vinculados à autoimagem de uma parcela da população, nem tenha caráter nacionalista ou homogêneo: patriotismo constitucional ainda é fraco.
6. Existência de um Estado democrático de Direito que, por meio de procedimentos próprios, mas porosos à sociedade civil, efetivem a opinião pública.

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Rousseauistas:

- Estado deveria propor plebiscitos sobre temas relevantes para garantir decisão dos temas pela maioria.
- Em geral, são chamados de republicanos. Reforçam importância de participação direta, virtudes cívicas e compromisso com o bem comum.

Liberais:

- Defendem a importância de participação representativa, com eleição de parlamentares e membros do executivo para mandatos públicos. Particulares não teriam tempo, mas elegem seus representantes.
- Foco das pessoas está na vida particular, delegam poder político, mas mantém

Habermas, Durkheim e Dewey:

- Estado deve contribuir para a realização da liberdade social.
- Resultado da formação da opinião deve ter influência e levadas à razão pela via representativa.
- Deve-se sempre buscar o consenso, que deve poder ser revisado. Fomento de processos democráticos e com decisões vinculantes (esferas públicas

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

”O estado moderno é concebido a partir da condição de uma liberdade social dos membros da sociedade, que em seu discernimento se reconhecem reciprocamente: representa o ’órgão reflexivo’ ou rede de instâncias políticas com cujo auxílio os indivíduos que se comunicam entre si procuram **converter em realidade suas ideias**, obtidas pela via ”experimental” ou ”deliberativa”, acerca das soluções morais ou materialmente adequadas aos problemas sociais” (p. 585)

Caso o Estado de direito moderno não seja, mesmo que contrafaticamente, relacionado à tarefa da **proteção e do respeito à formação da vontade pública**, corre-se o risco de não podermos nem mesmo valorar progressos e retrocessos, conquistas e anomalias normativas na esfera de ação do Estado” (p. 587)

Exercício unilateral do poder é sempre ilegítimo e autoritário. É, com base no critério de autodeterminação que o aumento desse poder é visto como arbitrário e não como mero aumento de poder. (p. 588)

HISTORIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Criação do Estado constitucional Moderno (§6-10; p. 590-598)

Monarquias absolutista centralizam poder, o que facilita a criação de aparatos estatais centralizados (o que ocorre efetivamente nas primeiras décadas do sec. 19)

Aparatos estatais eram mobilizados pelas classes com poder político e econômico (nobreza e burguesia ascendente). Parlamento com caráter elitista e ainda sem representação da população em geral (voto restrito e participação mais restrita ainda)

Interesses de burguesia econômica exerciam forte influência, com formação do quadro jurídico com direitos civis (sem os quais também não há capitalismo). Também há criação de alguns direitos sociais para assistência dos cidadãos (ex-servos), que se encontravam em situação de miséria com as transformações em curso.

Disciplinamento dos assalariados e repressão de demandas por direitos políticos

1) Organização do movimento operário não era permitida. 2) Apenas homens proprietários poderiam votar 3) Mesmo onde podiam se organizar, não costumavam ter força ou poder de influência.

INÍCIO DO ESTADO CONSTITUCIONAL MODERNO

Questão social

- O que se denominava de modo geral de ”questão social” só chegava a ser debatido nos parlamentos ”burgueses” pelo reduzido recorte temático posto em debate depois de o tema ter passado pelos sistemas de filtragem do cânone de valores caracterizado pelas bitolas nacionais e de lógica processual burocrática” (p.

Inclusão?

- Os Estados constitucionais modernos têm a obrigação de incluir todos os cidadãos nos processos de formação da vontade democrática, mas continuam dependentes de um acordo relativamente limitado, mediado pelo parlamento, entre as elites econômicas, os partidos burgueses e o governo

Burocracia

- Uma casta de funcionários, cujos membros eram em geral oriundos da burguesia média, sem ter interiorizado ideias de igualdade democrática, não raro tendia, em seu cotidiano burocrático, a se aproveitar dessa liberdade de arbítrio para consolidar suas próprias posições de poder ou as posições de sua classe de origem

Exclusão

- O exercício legítimo do poder do Estado encontrava-se atrelado à condição de uma formação da vontade democrática entre todos os cidadãos, ainda assim, os homens assalariados e a totalidade das mulheres costumavam excluídos da prometida liberdade da autolegislação deliberativa (p. 599).

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Ideal de liberdade não realizado

Problema não é apenas jurídico.

Também é de cultura política não-democrática. ”É necessária uma consideração dos componentes não jurídicos, como costumes e estilos de vida de comportamento para não se perder de vista que, nos órgão executivos do Estado – política, Justiça, burocracia e mesmo forças armadas – os princípios da igualdade de direitos podem ser praticados de maneiras mais ou menos adequada, de maneira democrática ou autoritária” (p. 601)

Força do Estado Nacional Centralizado e seus Perigos:

Consegue centralizar poder e mobilizar a população.

Forte poder de armamento.

1 Guerra e necessidade de limitar poder do Estado começam a ganhar força

SIGMUND FREUD

1921: Freud publica *Psicologia das massas e análise do Eu.*

Questão: Como foi tão fácil influenciar setores tão grandes da população?

Identificação recíproca. Cidadãos relacionam-se uns com os outros, em afeição admira e respeitosa, com o mesmo objetivo. Sacrificam seu ideal de Eu.

Cidadãos se submetem às ordens dos líderes ou do chefe, visto como objeto de amor.

Massas organizadas propiciam surgimento de massas ”espontâneas”

Freud concluiu que os Estados com atribuições universais e dotados de forte competência jurídica representam um risco civilizatório quando estão normativamente ancorados em constituições democráticas. Sua onipresença, seu monopólio das soluções aos mais diversos problemas da vida converte-os em configurações institucionais apropriadas para a veneração espontânea, por parte de uma multiplicidade de indivíduos, como ”objeto de amor”, trespassando-se assim todas as barreiras à transformação desses indivíduos em massa de indivíduos em massa arbitrariamente controlável. Se essas massas móveis, cujos membros se sentem sem separação alguma, eram tão somente as ondas ”altas” que podem se armar a qualquer momento no mar calmo das associações de massa institucionalmente reguladas, o Estado de direito moderno seria uma instituição particularmente perigosa. Em razão de sua maior possibilidade de intervenção, continha

HANS KELSEN: RESPONDE

Autoridade estatal é muito diferente de Vinculação afetiva co

Se o Estado democrático de direito estiver em ordem, as atit
dos cidadãos não geram redução da capacidade reflexiva do

Defesa do potencial do Estado democrático de direito e seus processos reflexivos. Não gera, por si, maiores chances de xenofobia ou de entusiasmo bélico. Convivência com a diferença aponta numa direção contrária, na verdade.

Defendia reforma constitucional para fortalecer direitos sociais das classes despossuídas para que todos pudessem tomar parte da autolegislação democrática.

Disposição a não aceitar decisões de cima para baixo e não o inverso

Começa a indicar que o nacionalismo não caminha bem junto com democracia (pp. 608-9). É preciso pensar em bases mais amplas para a formação da solidariedade necessária ao engajamento.

NEUTRALIDADE DO ESTADO: NACIONALISMO COMO SOLUÇÃO

POLÍTICA, ECONOMIA E NACIONALISMO

Estado democrático de direito deve se colocar como neutro frente às várias formas de vida e orientações de valor de grupos particulares.

Mas será que ele não acabaria por privilegiar uma forma de vida capitalista? Discurso de unidade nacional para aplacar conflitos. Burocracia e falta de cultura democrática.

”sob pressão dos conflitos sociais em torno do caráter de classe da política estatal, radicalizava-se, por um lado, um tipo de nacionalismo que já tinha deixado de funcionar de maneira integrativa para cada vez mais se converter em ideologia nacionalista de uma elite dominante até então inquestionada. Isso, por outro lado, aumentava a desconfiança profunda de alguns setores do movimento operário quanto à neutralidade do Estado democrático de direito, de modo que os dois centros de tensão não apenas passaram a ser reciprocamente dependentes, como também passaram a se intensificar um ao outro (p. 614)

Direita nacionalista: inimigos do povo, pensado como entidade homogênea. Outro que não pode ser integrado do seu ponto de vista. A política do “nós” versus os “inimigos” (imigrantes, judeus, etc)

Pós-guerra

Esforço de reconstrução, humanização e busca por maior efetivação da liberdade social.

Socialização de grandes empresas

Intervencionismo estatal

Moderação das taxas de lucro

Criação de mecanismos de ajuste entre Estado, Sindicatos e Empresas

Caráter pouco democrático, mais com inclusão.

Pouco contestado enquanto o período de maior bonança durou: quando setores da economia entraram em crise, logo havia revolta.

Pós 1980

Rendimentos decrescentes

Crise financeira e endividamento público

Diminuição do bem-estar social

Fuga de capital para países com mão de obra barata e com carga tributária maior.

Capitalismo ”ganhou” e portas para transformação econômica estão fechadas. Inclusão por outras vias (neoliberalismo progressista)

>> ”desconfiança difusa de que por trás de toda decisão que se defina como democrática haveria um acordo informal escondido’

DEMOCRACIA HOJE

Distanciamento público de toda política mediada pelo Estado não é apatia nem desinteresse, mas DESCONFIANÇA.

Sistema de lobismo desenfreado

Decisões políticas parecem ser tomadas no parlamento, mas na verdade são as grandes associações econômicas que possuem ou constituem muito do poder existente.

Estatização e profissionalização dos partidos políticos: balcões de cargos e verbas.

DESACOPLAMENTO ENTRE SISTEMA POLÍTICO E FORMAÇÃO DA VONTADE DEMOCRÁTICA

Nos dias de hoje novamente prevalece, em amplos setores da vida público-política, a suspeita de que os órgãos estatais não estão comprometidos com o princípio da máxima neutralidade, como demanda a constituição democrática.

(...) decisões de Estado redundam em privilégio sistêmico de interesses econômicos, fazendo com que cidadãos se retirem das arenas oficiais de formação da vontade

Isso, não por crescente privatização, tampouco pelo desinteresse político, mas pelo discernimento sóbrio de que a liberdade social da autolegislação democrática não se prolonga nos órgãos do Estado de direito previstos para tal fim (625)

DEMOCRACIA HOJE

Saída: ”agrupamento do poder público de entidades, movimentos sociais e associações civis com intuito de, num esforço coordenado, pressionar fortemente o poder legislativo parlamentar para a adoção de medidas de reintegração do mercado capitalista” (p. 625)

Processo histórico não estaria caminhando nessa direção:

- Mais poder para as empresas
- Estado Nacional sem força (endividamento e austeridade; incapacidade de lidar com muitas das questões)
- Falta solidariedade e vinculação: força de integração
- Não há processos democráticos de decisão transnacionais
- Comunidade europeia: todos vistos como meros sujeitos econômicos.
- Desprendimento da formação da vontade e órgãos públicos
- Faltam ideias para pensar integração dos cidadãos
- Decisões não são mais tomadas por eles.
- Novas formas de participação? Outras formas de organização (não partidária)
- Redes sociais, polarização e pouco poder de garantir informação neutra ou de qualidade.

pelos processos de uma realização social da liberdade jurídica, moral e social, somos confrontados com a pergunta sobre de onde devem provir os recursos morais que poderiam possibilitar a uma cidadania democrática, a oposição a todas as anomalias diagnosticadas até aqui (p. 629).

CONCLUSÃO: CULTURA POLÍTICA

Cerne da liberdade social é a noção de autolegislação.

Motor das transformações e desenvolvimentos normativos são as lutas sociais.

Direito tem o importante papel de cristalizar conquistas interpretativas, mas é secundário. O central é esse processo de elaboração democrática, mediado por lutas e conflitos sociais.

Democratização da família, democratização do mercado e cultura política democrática são necessários.

Para usar a linguagem dos debates atuais sobre a justiça política, as teorias sobre uma democracia deliberativa devem pressupor circunstâncias ”justas”, ou seja, conformes a seus próprios princípios na esfera econômica e nas famílias e não se pode considerá-las resultado de um processo que seja, ele próprio, foco dessas teorias.

A ideia de eticidade ”democrática” considera esse fato quando tem por dada a democracia somente onde efetivamente se praticaram os princípios da liberdade institucionalizados nas diferentes esferas de ação e onde esses princípios estão sedimentados em práticas e costumes” (p. 631)

LIBERDADE SOCIAL E ETICIDADE

”O sistema social da eticidade democrática constitui uma complexa rede de dependências recíprocas, na qual a realização da liberdade em uma esfera de ação depende de que nas outras esferas também sejam realizados os princípios de liberdade fundamentais em cada caso; o participante do livre mercado, o participante de uma cidadania autoconscientemente democrática e o membro da família são figuras que representam, para a esfera correspondente, ideais institucionalizados em nossa sociedade a se condicionar reciprocamente, uma vez que as propriedades de um, em última instância, já não podem ser realizados sem os dos outros dois”

(Honneth, §3, p. 632).

INTER-RELAÇÃO ENTRE AS ESFERAS

PROCEDIMENTO E INCLUSÃO: Pensar formas de participação democrática que permitam ampla participação e tematização de questões. Muitos ainda permanecem excluídos das esferas de participação (formais e informais)

FORMA DE VIDA DEMOCRÁTICA: O foco de uma teoria democrática não pode ser apenas o procedimento de deliberação e suas condições formais. Sem a democratização das relações pessoais e do mercado não há condições para a eticidade democrática.

MOTIVAÇÃO: Mas ainda é necessário pensar em elementos motivadores. É preciso de algo que permita às pessoas a se importarem com seu futuro comum enquanto sociedade. Não se pode mais, sem retrocessos, mobilizar uma ideia forte de nação para isso.

ESTADO NACIONAL NÃO DÁ CONTA: Questões hoje extrapolam o âmbito de atuação do Estado Nação, que também possui um alcance limitado, se pensado isoladamente, para lidar com desigualdes etc (endividado)

LUTAS SOCIAIS: Lutas sociais sempre tiveram papel central, mesmo que transformações necessárias requereriam lutas com mais força. Sentimos, em geral, entusiasmo quando estamos diante de ganhos de liberdade social. Há certa memória coletiva que empurra em direção ao progresso.

DEMOCRACIA: Não é só estado. Não é só direito. Não é só procedimento de decisão. É cultura política, luta social, democratização das relações, sociedade civil ativa e com poder de influenciar, processos democráticos adequados e possibilidade de revisão de decisões.